



TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SECRETARIA DEMANDANTE:

Secretaria Municipal da Promoção da Cidadania e Assistência Social.

NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO:

Aquisição de materiais de artesanato destinados à execução das atividades coletivas do PAIF e do SCFV, desenvolvidas pelo CRAS, com a finalidade de viabilizar oficinas socioeducativas e de convivência, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de habilidades inclusão social dos usuários.

1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, Critério de julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL**, Fundamento Legal: Artigo 75, II, da Lei 14.133/2021.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1 O quantitativo corresponde à demanda conforme justificativa apresentada no Documento de Formalização de Demanda - DFD apresentada pela Administração Pública Municipal.

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.3 O objeto tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento dos itens a serem entregues:

Item	Descrição	Ref.	Quant.	Valor unit.	Valor total
1.	Agulha de crochê - Nº 3,5 mm	UND	50	R\$ 4,90	R\$ 245,00
2.	Barbante vermelho - Nº 6	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
3.	Barbante azul escuro - Nº 6	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
4.	Barbante marrom - Nº 6	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
5.	Barbante verde - Nº 6	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
6.	Barbante roxo - Nº 6	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
7.	Barbante cru - Nº 6	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
8.	Barbante vermelho - Nº 8	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
9.	Barbante azul oceano - Nº 8	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
10.	Barbante marrom - Nº 8	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
11.	Barbante verde - Nº 8	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
12.	Barbante roxo - Nº 8	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
13.	Barbante cru - Nº 8	UND	10	R\$ 27,00	R\$ 270,00
14.	Feltro liso verde cítrico - 1,00 (comprimento) X 1,40 M (largura)	M	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



15.	Feltro liso azul oceano - 1,00 (comprimento) X 1,40 M (largura)	M	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00
16.	Feltro liso rosa balé - 1,00 (comprimento) X 1,40 M (largura)	M	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00
17.	Feltro liso branco - 1,00 (comprimento) X 1,40 M (largura)	M	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00
18.	Feltro liso marrom - 1,00 (comprimento) X 1,40 M (largura)	M	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00
19.	Feltro liso nude - 1,00 (comprimento) X 1,40 M (largura)	M	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00
20.	Feltro liso amarelo - 1,00 (comprimento) X 1,40 M (largura)	M	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00
21.	Feltro liso laranja - 1,00 (comprimento) X 1,40 M (largura)	M	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00
22.	Feltro liso violeta - 1,00 (comprimento) X 1,40 M (largura)	M	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00
23.	Fibra siliconada enchimento de bonecas almofadas 100% poliéster	Kg	10	R\$ 42,00	R\$ 420,00
24.	Fita de cetim (verde, dourado, vermelha, azul, branca, rosa) - 07mm X 100M (2 unidades de cada cor)	UND	12	R\$ 0,60	R\$ 7,20
25.	Fita de cetim (rosa, verde, dourada, vermelha, azul, branca, lilás) 04mm X 100M (2 unidades de cada cor)	UND	14	R\$ 0,50	R\$ 7,00
26.	Linha clea branca - 1000 M (novelo)	UND	3	R\$ 28,00	R\$ 84,00
27.	Linha clea nude - 1000 M (novelo)	UND	3	R\$ 28,00	R\$ 84,00
28.	Linha clea verde cítrico - 1000 M (novelo)	UND	3	R\$ 28,00	R\$ 84,00
29.	Linha clea azul oceano - 1000 M (novelo)	UND	3	R\$ 28,00	R\$ 84,00
30.	Linha clea marrom - 1000 M (novelo)	UND	3	R\$ 28,00	R\$ 84,00
31.	Linha clea rosa balé - 1000 M (novelo)	UND	3	R\$ 28,00	R\$ 84,00
32.	Linha clea violeta - 1000 M (novelo)	UND	3	R\$ 28,00	R\$ 84,00
33.	Linha clea verde musgo - 1000 M (novelo)	UND	3	R\$ 28,00	R\$ 84,00
34.	Rolo TNT rosa 50 metros - 1,40 M - largura (rolos de 50 M)	UND	2	R\$ 140,00	R\$ 280,00
35.	Tecido alvejado 100% algodão branco - 80 cm largura	M	100	R\$ 19,00	R\$ 1.900,00

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



36.	Tecido chita estampa floral grande (03 cores variadas) - 10 M X 1,4 M (um rolo de cada cor)	UND	3	R\$ 19,00	R\$ 57,00
37.	Tecido chita estampa floral pequena (03 cores variadas) 10 M X 1,4 M (dois rolos de cada cor)	UND	6	R\$ 19,00	R\$ 114,00
38.	Tecido tricoline estampado floral pequeno (03 cores variadas) - 10 M X 1,4 M (um rolo de cada cor)	UND	3	R\$ 43,00	R\$ 129,00
39.	Tecido tricoline estampado poa pequeno (03 cores variadas) - 10 M X 1,4 M (dois rolos de cada cor)	UND	6	R\$ 43,00	R\$ 258,00
40.	Tecido tricoline estampado xadrez pequeno (cores variadas) - 10 M X 1,4 M (dois rolos de cada cor)	UND	6	R\$ 43,00	R\$ 258,00
41.	Toalha de lavabo para bordado ou pintura (cores variadas) - 30 cm X 45 cm	UND	100	R\$ 9,90	R\$ 990,00
Total: R\$ 10.737,20					

2.5. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Lei 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. FUNDAMENTAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo licitatório.

4. NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA

A presente solicitação tem por objetivo a aquisição de materiais de artesanato indispensáveis à execução das atividades coletivas desenvolvidas no âmbito do PAIF e do SCFV, serviços essenciais da Proteção Social Básica ofertados pelo CRAS. As oficinas socioeducativas constituem uma importante estratégia de intervenção, contribuindo para desenvolvimento de habilidades manuais, cognitivas e socioemocionais dos usuários, além de estimular protagonismo, fortalecer a autoestima e ampliar as relações sociais e comunitárias. A utilização desses materiais possibilita a participação ativa dos usuários nas atividades propostas, favorece o desenvolvimento de habilidades produtivas e criativas, promove a autonomia- inclusive com potencial para geração de renda e contribui para a construção de espaços de convivência, troca de experiências e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destaca-se que tais insumos são essenciais para a execução das ações planejadas pela equipe técnica, não se configurando como itens acessórios, mas como instrumentos fundamentais para garantir a qualidade, a continuidade e a efetividade dos serviços ofertados pelo CRAS às famílias em situação de vulnerabilidade social.

(54) 2560-0131

pontão.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



5. PREVISÃO NO PCA:

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratação Anual 2026, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo município de Pontão/RS, entretanto o município está em vias de elaboração de seu PCA.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução proposta consiste na aquisição de materiais de artesanato destinados ao atendimento das demandas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no âmbito dos serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com o objetivo de viabilizar a execução contínua e qualificada de oficinas socioeducativas e atividades coletivas. A contratação contempla o fornecimento de insumos diversos de artesanato, tais como papéis, tintas, pincéis, tecidos, linhas, colas, materiais recicláveis, entre outros, adequados às diferentes faixas etárias e perfis dos usuários atendidos, garantindo condições materiais para o desenvolvimento das atividades planejadas pela equipe técnica. A solução integra não apenas o fornecimento dos materiais, mas sua utilização estruturada em oficinas conduzidas por profissional habilitado (artesã) em conjunto com a equipe do CRAS, mediante planejamento prévio, cronograma definido e metodologia participativa. As atividades serão orientadas ao desenvolvimento de habilidades manuais, cognitivas e socioemocionais, bem como à promoção da convivência, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e estímulo à autonomia dos usuários. Além disso, a solução prevê a utilização racional dos materiais, com controle de estoque, organização e acompanhamento sistemático das atividades, por meio de registros e relatórios elaborados pela equipe responsável, assegurando a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a efetividade dos serviços prestados. Dessa forma, a contratação proposta apresenta-se como medida adequada e necessária para garantir a continuidade, qualidade e alcance dos objetivos institucionais do CRAS, contribuindo diretamente para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social.

7. DAS OBRIGAÇÕES:

7.1. SÃO RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

- a) Notificar a Contratada por escrito sobre imperfeições, falhas ou qualquer irregularidade encontrada durante a entrega com os itens;
- b) Supervisionar e fiscalizar a realização dos serviços/materiais.
- c) Aplicar as sanções regulamentares e contratuais à Contratada, quando necessário.
- d) Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, conforme solicitado pela Contratada.
- e) Acompanhar a entrega dos itens/serviços, avaliando sua qualidade e, caso necessário, rejeitando-os com justificativa, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada.
- f) Fornecer orientações necessárias e realizar os pagamentos conforme as condições acordadas.
- g) Exercer fiscalização ampla sobre o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada.
- h) Designar responsáveis pela fiscalização e pelo acompanhamento da entrega dos itens ou serviços contratados.
- i) Atestar a nota fiscal/fatura após o recebimento definitivo dos itens ou serviços e encaminhá-la à área financeira para pagamento conforme as condições acordadas.

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



- j) Notificar a Contratada em caso de irregularidades ou descumprimento das obrigações contratuais.
- k) Garantir que o contratado aceite, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, ou até 50% no caso de reforma de edifícios ou equipamentos.
- l) Realizar a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) na prestação de serviços, conforme legislação aplicável.

7.2. SÃO RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- a) A contratada deverá cuidar da segurança de seu pessoal empregado na execução do contrato, obedecendo aos requisitos legais pertinentes, ficando a contratante e seus prepostos, isentos de qualquer responsabilidade com relação a eventuais acidentes de trabalho decorrentes da entrega, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- b) A contratada responderá por danos, dolosa ou culposamente causada à contratante, a seus servidores ou a terceiros, na execução do fornecimento e pela má qualidade do objeto entregue, com exclusão da Contratante de seus efeitos, para todos os fins de efeitos, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- c) Os serviços/materiais entregues serão avaliados pela qualidade, podendo a contratante recusar o recebimento.
- d) A contratada deverá manter compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, inclusive aquelas relativas às especificações.
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990).
- f) Comunicar por escrito a Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- g) Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência dos serviços.
- h) Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, mão de obra, encargos sociais, fiscais, comerciais, tributários e trabalhistas, bem como as demais despesas acessórias.
- i) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido pelo art. 125 da Lei 14.133/2021 do valor contratado inicialmente.
- j) Realizar a entrega dos serviços no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- k) Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato.
- l) Cumprir fielmente o contrato, conforme as obrigações assumidas.
- m) Substituir o objeto avariado no prazo estabelecido ou, não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos.
- n) Prestar informações sobre a utilização do objeto.
- o) Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo durante toda a execução do contrato.
- p) Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, observando as normas técnicas.
- q) Prestar garantia, manutenção e assistência técnica, caso exigidas no Termo de Referência.
- r) Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes.

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



s) Informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante qualquer alteração de endereço, telefone, e-mail ou outros dados durante a vigência do contrato.

8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, por meio da realização de oficinas socioeducativas e atividades coletivas no âmbito do PAIF/SCFV.
- b) Os materiais de artesanato serão utilizados conforme o planejamento técnico previamente elaborado pela equipe de referência, respeitando os objetivos de cada grupo atendido (famílias, crianças, adolescentes, idosos e demais públicos prioritários).
- c) As atividades serão conduzidas pela artesã e pelos profissionais da equipe técnica, garantindo metodologia participativa, inclusiva e voltada ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
- d) A utilização dos materiais ocorrerá de acordo com cronograma de oficinas, considerando a natureza de cada atividade proposta, assegurando o uso racional dos insumos e o alcance dos resultados esperados, tais como o desenvolvimento de habilidades, estímulo à autonomia e promoção da convivência social.
- e) O acompanhamento e a avaliação das atividades serão realizados de forma sistemática pela equipe do CRAS, mediante registros, relatórios e monitoramento dos resultados, garantindo a efetividade das ações executadas.

9. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

- 9.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10. FISCALIZAÇÃO:

- 10.1.** Nos termos do art. 117, III, Lei nº 14.133, de 2021, fica designada Sra. Rosimeri Oliveira Brugnera – Secretária Municipal da Promoção da Cidadania e Assistência Social, ou outra pessoa devidamente designada, para a função de acompanhar e fiscalizar a execução contratual.
- 10.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 18 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os itens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

11.1 SUSTENTABILIDADE

Não será exigido critérios de sustentabilidade.

11.2 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente contratação não será solicitado a indicação de marcas ou modelos específico.

10.3 VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO

A Administração Pública Municipal não possui nenhuma vedação de marca/produto referente a este objeto.

11.4 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

Não será necessário a apresentação de amostra.

11.5 SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11.6 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.7 IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição e utilização de materiais de artesanato apresentam baixo impacto ambiental, especialmente quando adotadas práticas conscientes durante sua execução. Destaca-se que muitos dos insumos utilizados podem incluir materiais recicláveis ou reaproveitáveis, contribuindo para a redução de resíduos e incentivo à educação ambiental entre os usuários. Eventuais impactos estão relacionados ao descarte inadequado de resíduos e ao uso de materiais não recicláveis; contudo, tais efeitos podem ser minimizados por meio do uso racional dos insumos, separação correta dos resíduos e incentivo à reutilização de materiais nas oficinas.

12. DO PAGAMENTO:

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



12.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e recebimento da Nota Fiscal devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento.

12.2. Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos produtos ou implicará em sua aceitação.

12.3. A nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do contrato administrativo, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do(s) bem(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

13.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) e no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e/ou o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

13.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

13.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a entrega dos itens de características compatíveis com o objeto contratado.

14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

14.1. Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14.2. Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para fins de reajuste geral de reposição.

15. SANÇÕES

15.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do contrato;

i) Fraudar o processo ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo;

l) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

m) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

n) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

o) Deixar de apresentar amostra ou apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

p) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital e seus anexos

q) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

r) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

s) Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 12.1 deste, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

(54) 2560-0131

pontão.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 12.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

15.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 12.2 do presente.

15.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.6. A aplicação das sanções previstas no item 12.2. deste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.7. Na aplicação da sanção prevista no item 12.2, alínea “b”, do presente, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

15.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

15.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 12.1 do presente exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

(54) 2560-0131

pontão.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



15.14. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendido decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

902 08 244 0042 2177 24065.6 FNAS PSB

0902 08 244 0042 2177 33903000000000 1660 O 24146.6 MATERIAL DE CON

0902 08 244 0042 2177 33903015000000 1660 E 24176.8 MATERIAL P/FEST

0902 08 244 0042 2177 33903016000000 1660 E 24178.4 MATERIAL DE EXP

17. DA CONTRATADA

A escolha da empresa **KIODELI COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 06.080.339/0001-21, para atender as necessidades da Secretaria Municipal, se deu com base nos princípios da economicidade, eficiência e atendimento ao interesse público, eis que a escolha foi fundamentada a partir da análise criteriosa de mercado, observando-se aspectos como qualidade dos itens a serem entregues, em conformidade com as especificações técnicas exigidas, adequação ao valor de referência estabelecido. Além disso, verificou-se que a empresa atende integralmente às exigências legais e administrativas para contratação, apresentando documentação regular junto aos órgãos competentes, o que garante maior segurança jurídica à contratação. Dessa forma, considerando a necessidade dos itens, bem como a regularidade e a competitividade da proposta apresentada pela empresa, justifica-se a escolha da **KIODELI COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA** em consonância com os princípios da administração pública, em especial os da eficiência, economicidade e interesse público.

Pontão/RS, em 13 de abril de 2026.

Aline Ritterbusch Höring
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000